



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	180.091.197,87	1.713.438,76	181.804.636,63
Pessoal Ativo	158.538.169,40	1.711.921,60	160.250.091,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.553.028,47	1.517,16	21.554.545,63
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.154.576,67	87.419,13	21.241.995,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0,00
Decorrentes de Decisão Judicial			0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	3.144.385,67	87.419,13	3.231.804,80
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	18.010.191,00		18.010.191,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	158.936.621,20	1.626.019,63	160.562.640,83

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	730.386.417.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,021761%	0,000223%	0,021983%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,034738%		253.721.633,54
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,033001%		241.035.551,86
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,031264%		228.349.470,18

FONTE: SOF - CONTABILIDADE - SIAFI2017.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

.....C) As despesas com requisição de pequeno valor e com precatórios durante o exercício foi de R\$ R\$ 1.555.921 e R\$ 986.597,89, respectivamente.

Pedro Inácio da Silva:
Desembargador Presidente

Sheila Santos Rolim
Ordenadora de Despesas

Henrique Cardoso Mesquita Mello
Secretário de Orçamento e Finanças

Rafaela de Freitas Santos
Coordenadora do Controle Interno